

# Congresso chancelará os cortes

- 8 AGO 1985

*Dívida  
ext*

por José Casado  
de Brasília

Ao receber, ontem, vinte presidentes de federações industriais de todo o País, o presidente José Sarney fez uma clara reafirmação da disposição governamental de conduzir as negociações sobre a dívida externa "com muita cautela, mas também com grande firmeza".

Sarney demonstrou que o governo não tem pressa, "mas age com realismo e louvável vontade de realizar um 'enxugamento' do setor público, em bases convincentes para negociar com os credores externos" — como disse, à saída do encontro, o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De fato, segundo assessores do presidente, o governo não está muito preocupado em fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste ano. As atenções no Palá-

cio do Planalto, neste segundo semestre, estão voltadas para a tentativa de controle do déficit do setor público, cuja soma atingiu Cr\$ 35,6 trilhões nos sete primeiros meses deste ano.

"O acordo com o FMI sairá no segundo tempo do jogo, com a definição do programa econômico para 1986, quando se ampliará a ênfase no 'ajuste' do setor público, de forma não recessiva", explicou, ontem, um dos mais íntimos colaboradores do presidente da República. É nessa etapa que se prevê uma efetiva — e inovadora — participação do Congresso Nacional.

Dois documentos, em preparação, devem definir a nova postura do governo federal na mesa de negociações sobre o exercício de 1986: um deles, do próprio governo, será o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que vai estabelecer o roteiro dos gastos públicos; outro será o Orçamento Consolidado da União, preparado pelo Exe-

cutivo e votado pelo Legislativo. O primeiro terá a função de esclarecer aos credores como e onde o governo vai aplicar; o segundo pretende dizer — com a máxima clareza — onde e como o Estado estará "cortando" seus gastos.

"O ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, tem razão quando diz que é preciso 'enxugar' o setor público no Brasil", raciocina o assessor especial da Presidência, ex-deputado Célio Borja: "As contas do governo, realmente, precisam ser compatibilizadas. Mas também não podemos 'cortar' em áreas essenciais à segurança da meta de crescimento econômico", acrescenta.

A Fazenda, o Planejamento e a Assessoria Econômica da Presidência no momento trabalham na preparação do orçamento consolidado, que reunirá o fiscal, o monetário e o das estatais. Até o dia 30 de agosto devem remetê-lo ao Congresso, para apreciação e votação. Como o governo foi empossado há pouco tempo — e os orçamentos estão separados há muitos anos —, é possível que o Congresso não receba uma peça inteiramente completa, mas o esforço atual é de, pelo menos, transferir a maior parte dos orçamentos monetários e das estatais para o orçamento fiscal de 1986.

E sobre esse documento que o Congresso vai trabalhar: pela primeira vez em quinze anos, o Legislativo vai ter de cortar despesas públicas e assumir a responsabilidade. "Os parlamentares não estão acostumados a isso, mas terão de fazê-lo, pois dessa forma estarão participando, também, da negociação da dívida externa", pondera Célio Borja.

No dia 15 de setembro, o Congresso deverá receber o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — uma mensagem presidencial explicativa sobre as prioridades do governo.

Definidos os cortes nos gastos públicos e estabelecidas as metas, o governo José Sarney, então, se sentirá plenamente à vontade para negociar um acordo com o FMI sobre 1986. E os credores passarão a ter nas mãos duas manifestações formais de compromisso, do Executivo e do Legislativo, sobre o limite possível de contenção dos gastos públicos e sobre o desejo de crescimento, em bases realistas.